



BRASIL: A ECONOMIA DA (DES)ESPERANÇA

Carlos A. Lima Ferreira¹

RESUMEN:

BRASIL: LA ECONOMÍA DE LA DESESPERANZA

En esta comunicación discutimos los dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso y su continuación con Luís Inácio Lula da Silva, en este momento en la mitad de su cuarto mandato. Durante los dos gobiernos de Cardoso, la clase trabajadora tenía sus portavoces y sus partidos políticos que iban en contra de las propuestas emanadas del poder establecido, en contraposición con la realidad actual en que la oposición parece no existir.

Palabras claves: Trabajo improductivo-destrutivo; hegemonía; superávit primario; agenda.

ABSTRACT:

BRAZIL: ECONOMY OF DESPAIR

This paper examines Fernando Henrique Cardoso's two terms of office and Luís Inácio Lula da Silva's continuity –at present in the middle of his fourth term in office. Under Cardoso's government the working classes had their spokespeople and their political parties, which were against the proposals put forward by the government, in opposition to the present situation where the opposition does not seem to exist.

Key words: Unproductive-destructive work; hegemony, primary surplus; agenda.

RESUMO: *Neste paper discutimos os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e sua continuação com Luís Inácio Lula da Silva que, agora se encontra na metade do quarto mandato. Também é ressaltado o fato de que quando dos governos FHC, a classe trabalhadora tinha seus porta vozes, seus partidos políticos, que iam de encontro às proposituras emanadas pelo poder estabelecido em contraposição à realidade atual em que a oposição parece não existir.*

Palavras chaves: Trabalho improdutivo-destrutivo, hegemonia, superávit primário, agenda.

1. INTRODUÇÃO

■ negavelmente Lula assumiu o poder político, em 2003, com o país mergulhado em uma grande crise. A economia brasileira conheceu, nos anos noventa, o aprofundamento da década perdida (1980) tanto que a formação bruta de capital fixo fletiu consideravelmente.² As políticas públicas emanadas pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Plano Real, agudizaram a crise econômica. Os primeiros quatro anos de mandato tiveram como ponto fundamental a abertura das fronteiras ao capital internacional. Na verdade, essa abertura e, ao mesmo tempo, aumento da inserção da economia nacional à economia mundializada, obedeceu à lógica inscrita na dinâmica econômica capitalista. A partir do momento em que os países hegemônicos se encontram em crise, as formações sociais retardatárias têm como papel basilar, servir de escoadouro para a produção excedentária

* Fecha de Recepción: Agosto 2008.

Fecha de Aceptación: Septiembre 2008.

¹ Lima Ferreira, Carlos A., Facultad de Economía, Universidad de Brasilia, Brasilia, Brasil.

² Ver a respeito C. A. F. Lima, "Trabalho, estado e crise", in *Múltiplos olhares sobre a educação superior: a pesquisa como fio condutor*, Org. Helena Corrêa de Vasconcelos, Belém, EDUFPA, 2001.

da economia integrada.³ Nesse sentido, o Plano Real teria que garantir a demanda para as mercadorias sobreproduzidas nos países cêntricos e que já manifestavam uma crise por insuficiência de demanda, inerente ao processo sociometabólico capitalista. A esse processo vai corresponder uma modificação qualitativa no mundo periférico, nas economias semi-integradas.

A economia brasileira foi, então, aberta ao capital transnacional que internacionalizou a pletera de capital-mercadoria dos países desenvolvidos sem, no entanto, internacionalizar o processo produtivo. Para isso várias medidas de política econômica foram utilizadas pela equipe do então Presidente FHC. De imediato o governo lançou mão da política cambial e do congelamento salarial do funcionalismo público. No que diz respeito ao câmbio, sobrevalorizou o *real* (dinheiro nacional) ao igualá-lo a oitenta e quatro centavos de dólar, o que permitiu ao capital-mercadoria sobreacumulado das economias hegemônicas adentrar na formação econômico-social brasileira a um preço substantivamente inferior ao que vigorava no mercado mundial. A função do congelamento salarial foi o de transferir renda para a “classe média” alta e elite nacionais que passaram a *realizar* o excedente de capital-mercadoria para cá internacionalizado.

2. DO TRABALHO PRODUTOR DE RIQUEZA À PRODUÇÃO COMPLETAMENTE DISSIPADORA

Os teóricos da livre concorrência, do *laissez-faire*, A. Smith, S. Mill, D. Ricardo, R. Malthus, S. Sismondi e mesmo J. Bentham acentuavam, com diferenças importantes entre eles, a necessidade da intervenção estatal em atividades *extra commercium* para dinamizar a acumulação capitalista a fim de cobrir setores em que o capital, pelo imenso aporte de recursos requeridos não tinha condições de investir ou, então, porque representavam custo extremamente elevado sem ter garantida a rentabilidade imediata para a valorização do vultoso capital aplicado. De forma geral, o Estado capitalista deve investir em setores determinados da economia para evitar que a dinâmica econômica entre em crise por insuficiência de demanda efetiva. As proposições teóricas visando solucionar ou mesmo postergar tal constrangimento são de diversos matizes e, além disso, envolvem a compreensão que o sujeito tem do metabolismo do sistema. Naturalmente esse conhecimento é determinado tanto historicamente quanto ideologicamente e, portanto, as soluções propostas são diversas e consentâneas com a posição do autor na extensa e complexa estratificação social. O modo de produção capitalista, ainda larvar, possuindo o departamento II (produtor de meios de consumo) e, nas primeiras décadas do século XIX, o departamento I (produtor de máquinas de produzir máquinas), tinha como determinante do processo de produção o trabalho produtivo.⁴ Nesse sentido as soluções para as crises imanentes à economia liberal serão múltiplas, mas parciais. A tentativa pelo pensamento liberal de compreender o excedente econômico, ou melhor, de expor cientificamente de onde ele provém é que levou o médico francês, François Quesnay, a engendrar o conceito de trabalho produtivo na metade do século XVIII. Ora, o mundo do capital ainda não havia se desdobrado e plasmado no real. Sendo assim, ele acantona o trabalho produtivo na agricultura já que o capital industrial ainda não havia se desenvolvido e,

³ Ver a respeito C. A. F. Lima, “As políticas sociais e seus limites no processo de mundialização”, in *Contextos*, Revista estudios de Humanidades y Ciencias Sociales, 17, Santiago do Chile, 2007.

⁴ Ver a respeito Lauro Campos, *A crise completa, a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001.

portanto, a revolução industrial ainda não tinha ocorrido. A revolução francesa, por sua vez, também não, portanto, o pensamento não podia apreender o que a prática social daquele tempo ainda não havia produzido.

Para o escocês A. Smith trabalho produtivo é *todo trabalho que se troca imediatamente contra capital*. Essa é a acepção científica do termo quando o que funda a economia são os dois departamentos produtores de mercadorias.⁵ Com essa definição o teórico escocês fez uma verdadeira revolução na compreensão da dinâmica capitalista em termos de clarificar o excedente econômico. Agora, o trabalho produtivo não mais fica restrito a um setor da atividade econômica mas, sim, abarca a generalidade do processo produtivo-consuntivo capitalista. A produção humana deixa de ser uma produção de valores de uso, *tout court*, voltada para o atendimento das necessidades sociais e transforma-se, qualitativamente, em uma produção de valores de troca, mercadorias, voltadas para a obtenção do maior lucro possível. O *leit motiv* da produção capitalista se apresenta de forma clara, insofismável: é a valorização do capital e não mais o atendimento de necessidades sociais. É exatamente o fato de que a mercadoria, como forma social do trabalho humano, se generalizou por toda a sociedade que, só então, o conceito de trabalho produtivo pôde ser produzido. Este pensador liberal mostrou⁶ a importância do trabalho improdutivo no setor serviços da economia capitalista. O problema é que na época de Smith o capitalismo ainda não havia se desenvolvido plenamente no real e, novamente, o pensamento não podia apreender o que a práxis social não tinha completado. O fenômeno social era ainda incompleto e, por isso, não pôde fazer suas *determinações*.

É interessante observar que para Mill:

[...] Há uma distinção mais importante para a riqueza de uma comunidade que a própria diferença entre trabalho produtivo e o improdutivo, isto é, a distinção entre o trabalho destinado a atender ao consumo produtivo e ao consumo improdutivo⁷. [...]

Os pequenos Estados da Grécia, sobretudo os mais primitivos e atrasados dentre eles, eram sementeiras de soldados, que prestavam seus serviços aos príncipes e aos sátrapas do Oriente, para executar guerras inúteis e destrutivas, e retornavam para seu país com suas economias, para passarem seus últimos anos de vida no país nativo; eram trabalhadores improdutivos, e o pagamento que recebiam, juntamente com os saques que faziam, constituía um gasto sem retorno para os países que faziam o pagamento; mas, embora para o mundo isso não representasse ganho algum, era um ganho para a Grécia.⁸

Para S. Mill, os serviços desenvolvidos pelos trabalhadores, se inúteis, representariam um desperdício para o mundo. Nesse sentido “*afirma-se que alguns Estados da América do Norte, ao construírem ferrovias e canais prematuramente, cometeram tal erro, duvidando-se,*

⁵ Carlos Lima, *Da produção de mercadorias à produção de não-mercadorias*. Trabalho apresentado no X Seminário Internacional de Humanidades, Palavra e cultura na América Latina: heranças e desafios, realizado em Brasília, 2007.

⁶ “O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e a Marinha, são trabalhadores improdutivos. Servem ao Estado, sendo mantidos por uma parte da produção anual do trabalho de outros cidadãos. Seu serviço, por mais honroso útil ou necessário que seja, não produz nada com o que igual quantidade de serviço possa posteriormente ser obtida. A proteção, a segurança e a defesa da comunidade, o efeito do trabalho dessas pessoas, neste ano, não comprarão sua proteção, segurança e defesa para o ano seguinte. Na mesma categoria devem ser enquadradas algumas das profissões mais sérias e mais importantes, bem como algumas das mais frívolas: eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos, cantores de ópera etc.” A. Smith, *A riqueza das nações*, V. I, SP, Abril Cultural, 1983, p. 286.

⁷ Stuart Mill, *Princípios de economia política*. SP, Abril Cultural, 1983, vol. I, p. 67.

⁸ *Ibid.* p. 65.

também, por algum tempo, se a Inglaterra, no desenvolvimento desproporcional de seus empreendimentos ferroviários, não seguiu até certo ponto, esse exemplo”.⁹ Este autor tocou na inutilidade e destrutividade de certos tipos de trabalho, mas não logrou fazer a determinação destes. Enfim, não conseguiu compreender a necessidade de tais gastos para a dinâmica capitalista. Neste sentido “a percepção da possibilidade de autonomização da demanda efetiva, isto é, de que dentro de certos limites é possível que os gastos do governo, sustentados pelo dinheiro-estatal, engendrem um nível de demanda efetiva superior ao que existiria sem a intermediação estatal, estabelece o diferencial entre Say, Stuart Mill, de um lado, e Malthus, Chalmers, Sismondi, J.A. Hobson, Marx e Keynes, do outro”.¹⁰

A importância da intervenção estatal no pensamento clássico é apontada e aceita por Keynes na significativa assertiva seguinte:

Temos que distinguir entre o que Bentham, em sua nomenclatura esquecida, mas útil, costumava chamar de *Agenda* e *Não-Agenda*, e fazê-lo, sem a prévia suposição de Bentham, de que a interferência é, ao mesmo tempo, “geralmente desnecessária” e “geralmente perniciosa”. Nesta hora, talvez a principal tarefa dos economistas seja novamente distinguir a *Agenda* da *Não-Agenda*, e a tarefa complementar da política talvez seja a de imaginar formas de governo dentro de uma democracia que sejam capazes de realizar a *Agenda*.¹¹

Será o próprio desenvolvimento contraditório dos departamentos aludidos que irá entrar em crise, no século XX, e possibilitar o advento do departamento III, produtor de não-mercadorias (não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção), significando assim, a dominação do trabalho improdutivo-destrutivo conforme *determinação* feita por Campos.¹²

Para Malthus, o Estado deve contratar *trabalhadores improdutivos* o que impediria a eclosão da crise capitalista por insuficiência de demanda; para Keynes, o Estado tem que complementar a demanda contratando trabalhadores improdutivo-destrutivos, já que a produção capitalista tem que ser *wholly wasteful* e não parcialmente *dissipadora*. Como dizia o genial Lord:

A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação de nossos estadistas nos princípios da economia clássica impede uma solução melhor.

É curioso ver como o bom-senso popular, em seus esforços para fugir a conclusões absurdas, pôde chegar a preferir as formas de gastos de empréstimos *totalmente* ‘inúteis’ às que apenas o são *parcialmente*, e que, por não serem completamente desprovidas de utilidade, tendem a ser julgadas de pontos de vista estritamente “econômicos”.¹³ (Itálicos do autor).

O capital não tinha como *realizar* as mercadorias produzidas pela “máquina produtiva” capitalista porque a insuficiência de demanda arrastava, em 1929, a economia para a crise. A formação econômico social estadunidense apresentava setores com 60%, 70% e 80% de capacidade ociosa e, mesmo assim, as prateleiras restavam repletas de mercadorias. As pessoas não dispunham do *equivalente geral* (dinheiro) para comprá-las. O divórcio entre produção e consumo se fazia presente. Até 1929, o desenvolvimento capitalista estava assen-

⁹ Ibid. p. 66.

¹⁰ L. Campos, op. cit. 3, p. 162.

¹¹ J.M. Keynes, *O fim do laissez-faire* in Keynes, Org. Smreczányi, SP, Ática, 1984, pp. 120-121.

¹² Ibid.

¹³ J. M. Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, Fundo de Cultura, Brasil/Lisboa, 1970, p. 129.

tado nos departamentos I e II da economia e sua dinâmica entrou em colapso devido à exacerbação das contradições produção-consumo inerentes ao mundo do capital. As altas taxas de investimento implicavam em aumento da composição orgânica do capital que trazia consigo uma diminuição relativa do capital variável, provocando o desemprego tecnológico e, portanto, crises de insuficiência de demanda e de baixa da taxa de lucro, mostrando que o limite do capital é o próprio capital.¹⁴

Era *O fim do "laissez-faire"* título de famoso artigo de Keynes. O capitalismo liberal encontrava, na crise de 29, seu *finishing*. A livre concorrência se transformou em concorrência monopolista-oligopolista. A economia fundada nos dois departamentos aludidos não teve mais como se dinamizar. A crise de 1929, a maior do capitalismo até então, encontrou na ideologia econômica keynesiana a forma adequada à reprodução deste vetusto enfermo.

De 1929 a 1970 vamos ter o desenvolvimento do well/warfare state. O desequilíbrio orçamentário torna-se a regra do pensamento social-democrata. O capitalismo conhece seus anos de esplendor fundado na demanda monopsônica do Estado por meio do dispêndio público. A economia capitalista movida pela ideologia keynesiana, utiliza de dois mecanismos macroeconômicos fundamentais como propulsionadores da dinâmica capitalista: emissão de moeda-estatal e endividamento público. Nesse sentido, o Estado capitalista vai ser deslocado da esfera da produção para a do consumo. A maior economia do globo, os Estados Unidos da América, ao invés de ser a maior credora do mundo, converte-se na maior devedora do mundo. A economia americana além de ter que *realizar* as mercadorias produzidas em seu seio, tem que *realizar* as mercadorias liliputianas produzidas no sudeste asiático, caso contrário a crise Heisi, crise de *realização* que ronda a economia asiática,¹⁵ tende a se espalhar por todo o globo. Além disso, tem que demandar parte do departamento I produzido na Alemanha. O capitalismo pós-IIª GM se apresenta estruturado e hierarquizado internacionalmente, sendo que a economia estadunidense constitui-se em um verdadeiro império. A essência do funcionamento do sistema capitalista aparece e se manifesta de forma clara. Segundo Baran:

[...] todas essas práticas comerciais "indesejáveis" na realidade promovem e aumentam as vendas, e direta ou indiretamente ajudam a elevar o nível de renda e do emprego. O mesmo ocorre com a venda de maior número de automóveis, mesmo que estrangulem nossas cidades e envenenem nossa atmosfera, e a produção de armas e a construção de abrigos. Nenhuma dessas atividades pode ser considerada como promotora do progresso e felicidade da raça humana, embora todas constituam remédios contra a queda de produção e o desemprego. Não obstante, a dialética do processo histórico é tal que *dentro da estrutura do capitalismo monopolista* as mais abomináveis, as mais destrutivas características da ordem capitalista se tornam as bases mesmas de sua existência [...].¹⁶ (Itálicos do autor).

A partir da década de setenta a economia internacional entra em crise e a economia brasileira, em um movimento sobredeterminado, seguirá, passo a passo, os movimentos espasmódicos da economia mundial. Será exatamente a perda de dinamismo do capital produ-

¹⁴ Mais uma vez tem razão Marx quando afirmava: O *verdadeiro limite* da produção capitalista é o próprio capital, é o fato de que, nela, são o capital e sua própria valorização o que constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção só é produção para o *capital* e não ao inverso, os meios de produção simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da *sociedade* dos produtores. [...] O meio empregado –desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas– se choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. K. Marx, *El capital*, México, FCE, T. III, 1970, p. 248. (tradução livre, CL). Itálicos do autor.

¹⁵ Ver L. Campos, op.cit. 3.

¹⁶ Paul Baran, *A economia política do desenvolvimento*, SP, Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1984, p. 14.

tivo, produtor de mercadorias e a concomitante predominância do capital fictício que determinará a evolução da economia capitalista até os anos oitenta. O capital fictício no direcionamento da economia mundial é, também, portador de crises e, como tal, é mais um elemento causador de instabilidades, de desequilíbrios. Dito de outra forma, a dinâmica excludente deste modo de produção se deparou com seu ápice que, ao mesmo tempo, é o seu ponto de inflexão. A produção do departamento III de não-mercadorias se constituiu na grande “saída” para a sobrevivência do sistema capitalista. A produção da negação da célula elementar da sociedade burguesa se mostrou transitória e, no final do século XX e início do XXI, apresenta as chagas que o mundo do capital, particularmente do capital fictício, é portador. A crise se mostra *completa* já que é tanto das mercadorias quanto das não-mercadorias. O capital novamente se depara com seu próprio limite.

Foi o Estado em pleno século XX que, mais uma vez, garantiu o processo de reprodução ampliada ao demandar as não-mercadorias bélicas, espaciais, propaganda, superinfonvias etc. A ação estatal veio no sentido de complementar a demanda capitalista combatida como sempre o fez em todas as crises. No capitalismo liberal sustentando os desempregados nas workhouses. É exatamente para garantir a sobrevida do excedente populacional desempregado que o Estado liberal intervém por meio dos *ateliers nationaux*. “*Sob este pomposo nome se dissimulava somente a ocupação de operários em trabalhos fastidiosos, monótonos e improdutivos por um salário miserável*”.¹⁷ No capitalismo keynesiano utilizou a força de trabalho como bucha de canhão com os gastos completamente dissipadores. No capitalismo fim de linha, crise do capitalismo intervencionista-keynesiano, ou seja, neoliberal, transforma parte substantiva da força de trabalho em pedintes, indigentes, dejetos humanos, seres sem perspectiva, sem horizonte.

3. OS TRÊS REINADOS BRASILEIROS

O governo Fernando Henrique Cardoso com o fito de garantir a demanda efetiva para o capital internacional em crise, retira da farmacopéia ortodoxa uma série de remédios que porão o paciente Brasil na UTI, não só os trabalhadores mas, também, o capital nacional. A política cambial do senhor Gustavo Franco ao valorizar o real possibilitou a abertura da economia nacional à importação de hondas, subarus, hyundais, mitsubishis, toyotas etc., que constituíam o capital-mercadoria sobreacumulado nos países centrais pondo em risco a galinha de ovos de ouro do capitalismo: a taxa de lucro. A garantia da demanda para os bens de luxo, – a indústria automobilística em particular, a chamada linha branca: refrigeradores, freezers, máquinas de lavar, liquidificadores, batedeiras e os eletroeletrônicos foi, consequentemente, efetivada por meio de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. O primeiro mandato de sua Exa. o Presidente FHC caracterizou-se pela expressão, traduzida em prática: importar ou morrer. A barbárie comandada pelo ex-presidente que disse existirem pessoas “inempregáveis” (sic.) neste Brasil, comandou durante os longos oito anos o processo de desfazimento do Estado Nacional. Como já dizia o sociólogo Fernando Henrique Cardoso nos idos de 1970 *o decisivo, para distinguir formas de acumulação é perguntar quem controla o processo de acumulação*.¹⁸ [...] *O que importa, deste ângulo, é verificar a quem*

¹⁷ K. Marx, *Les luttes de classes em France 1848-1850*, Paris, Editions Sociales, 1974, p. 59. (Tradução livre, CL).

¹⁸ F.H. Cardoso, *O modelo político brasileiro*, SP, Difusão Européia do Livro, 1972, p. 15.

*beneficiam as políticas postas em prática.*¹⁹ É inegável que o processo acumulativo brasileiro levou, como bem profetizou Fernando Henrique no livro citado, ao fazimento do antiestado nacional. Ele, paradoxalmente, se tornou o primeiro presidente consciente a comandar o antiestado nacional tanto no primeiro quanto no segundo reinados.

Durante o governo FHC, as mercadorias de luxo que se encontravam encalhadas nos países cêntricos foram internacionalizadas com a abertura da economia brasileira ao capital sobreacumulado nesses países. Dessa forma, seu governo, no primeiro mandato, obedeceu às *determinações* do capital internacional. Assim, a economia brasileira serviu de escoadouro para as mercadorias sobreacumuladas nos países centrais. A insuficiência de demanda na economia mundial, com a sobreprodução de produtos de luxo, encontraram na formação econômico-social brasileira o leito de sua realização. A plethora de capital-mercadoria hegemônica entrou e desestruturou a economia nacional. Em compensação, a *raison d'être* da economia retardatária foi consumada: valorizar o capital-mercadoria sobreacumulado das economias hegemônicas por meio de sua *realização* no mercado brasileiro. A abertura da economia retardatária ao capital sobreacumulado nos países centrais possui outras *determinações* que necessitam ser precisadas. A importação das mercadorias nas economias dominadas, só pode prosseguir se, e somente se, o déficit comercial for contrabalançado pelos superávits na conta de capital, já que o saldo positivo na balança comercial significa apropriação líquida de riqueza por parte das economias retardatárias. O custo do déficit comercial só prosseguirá enquanto a dívida externa aumentar. Do outro lado, o 2º reinado FHC apresentou a inversão do lema e este passou a ser: *exportar ou morrer*. Ora, a exportação, nos países periféricos, implica numa diminuição da oferta interna de mercadorias. As mercadorias que compõem a cesta de consumo do trabalhador são exportadas a fim de garantir a importação das que se encontram sobreacumuladas nos países centrais. A diminuição da oferta de mercadorias no mercado interno se constitui, de per si, em acicate ao processo inflacionário. O problema é acrescido por outro, que é o fato de ao exportar mercadorias, o exportador recebe em dólar e o Banco Central tem que trocá-los por moeda nacional e, assim, há um alagamento da base monetária que, por sua vez, se torna, novamente, foco de pressão inflacionária. Para evitar a inflação, o governo emite títulos o que produz um aumento da dívida pública. A dívida cresce para que a inflação não dispare. Nesse sentido a dívida pública é o contrapólo da inflação. Campos (1999; pp. 16-7) assim precisa:

O que não foi determinado na era mercantilista e nem na idade da razão esquizofrênica, neoliberal, é que, tanto o processo das importações quanto o das exportações é regido por leis dialéticas. A partir de certo montante quantitativo de exportações, uma nação percebe que está se empobrecendo, transferindo riqueza real para o exterior. É o que o Governo brasileiro tenta fazer agora. Se os saldos comerciais que enriquecem os exportadores levam os consumidores nacionais à penúria, é da cesta de consumo dos pobres que se exportam os alimentos e as commodities com as quais se pagam as importações de artigos de luxo (os carros, os perfumes, os uísques, as gravatas Hermés etc) que sobejam na cesta de consumo dos ricos. Como o saldo na balança comercial gera um aumento da entrada de dólares, que o Banco Central deve cambiar por reais para pagar os exportadores sorridentes, a base monetária se alaga. Os saldos comerciais provocam outra pressão inflacionária que obriga o Governo a aumentar a dívida pública, vender papéis, títulos da dívida pública, para tentar enxugar o sistema e evitar o galope da inflação. A dívida pública se eleva no lugar da taxa de inflação, para evitar que a inflação dispare. A dívida líquida total do setor público se elevou de R\$152,408 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$516,572 bilhões, em dezembro de 1999.²⁰

¹⁹ Ibid. p. 17.

²⁰ Lauro Campos, *Neoliberalismo, crise e miséria*. BSB, SF, 2001, pp. 209-210.

Com a assunção de Lula ao poder, a sociedade –sofrida por anos de congelamento salarial, desemprego em alta, queda na formação bruta de capital fixo, taxas de juros exponenciais– esperava um redirecionamento da política econômica no sentido de dizer um não à subserviência ao FMI, de propor políticas públicas que viessem resgatar a enorme dívida social herdada do governo anterior, o que não aconteceu. O governo aumentou, em janeiro de 2003 a taxa de juros em 0,5% e, depois, em 1% provocando como efeito imediato o pagamento de R\$500 milhões de juros da dívida pública ao dia, o que representa mais do que o dobro do mesmo gasto efetuado por FHC no mês de janeiro de 2002. A taxa de juros explosiva possibilitou o fantástico lucro dos Bancos, parasitas do setor financeiro: R\$ 13,4 bi dos sete maiores bancos e o BC com R\$ 31 bi de lucro no ano de 2003. Não por acaso a opção do governo brasileiro é de proporcionar fantásticos lucros aos banqueiros, como foi o caso do Itaú, que obteve no último trimestre 2.958 bilhões de reais que se constituiu no maior lucro da história dos bancos de capital aberto do Brasil (segundo O Globo, *on line*, de agosto de 2006). Durante o ano de 2005, por meio de pagamento de juros aos parasitas nacionais, o governo brasileiro transferiu 110 bilhões de reais para as 20 mil famílias mais ricas desse país, enquanto que os milhares de pobres, de indigentes, de pedintes, de sem trabalho, de sem escola, de sem educação, de sem moradia tiveram, pelo mesmo governo, transferidos sete bilhões de reais para matar sua fome e sede.

Macroeconomicamente o governo adota políticas monetárias contracionistas como “decorrência natural do regime de metas de inflação considerado como parte essencial do modelo macroeconômico”,²¹ ou seja, o diagnóstico desta é eminentemente monetário, portanto, neoliberal impossibilitando seu desvelamento, sua compreensão. A solução visualizada pelo governo foi erigir a taxa de juros como variável básica de controle do processo inflacionário. As metas sociais, o compromisso com o desenvolvimento econômico, diminuição do desemprego, recursos para educação, saúde, saneamento básico, infra-estrutura etc. foram para o espaço. Neste sentido, a atual política econômica e social continuou sendo a mesma do tempo de FHC. Só que agora temos um aprofundamento e exacerbação da crise dado os mecanismos automáticos macroeconômicos. Como nossa economia é sobredeterminada, sofre as consequências da crise atual.

O governo Lula investiu menos de 1/3 de seu antecessor como foi declarado pelo Ministro Guido Mantega.²² Ao persistir tal política macroeconômica, a crise capitalista continuou agudizando o processo de pauperização da sociedade brasileira e os vários grupos, camadas e classes sociais passaram a resolver seus problemas de forma solitária, já que o tecido social por demais esgarçado está a impor um *salve-se quem puder*. O programa Fome Zero, tão festejado, se mostrou inepto. Na reprogramação de 2003 ele, como carro chefe dos programas sociais do governo, receberia R\$ 1.7 bi enquanto em 2004 os recursos previstos sofreram redução significativa, passando para R\$ 400 mi, segundo Projeto de Lei Orçamentária enviada pelo executivo ao legislativo.

O mês de setembro de 2003 foi de crescimento para a indústria de São Paulo conforme anunciado pela mídia e festejado pela FIESP. O fato é que não houve investimento, também não houve aumento do número de trabalhadores e, no entanto, esse foi o mês de se-

²¹ C. Benjamim, “As relações do Brasil com FMI” in *Governo Lula – decifrando o enigma*, SP, Viamundo, 2004, p. 135.

²² Marta Salomon, *Arrocho de Lula reduz os investimentos em 70,3%*, Folha de São Paulo, 31/12/03.

tembro de maior crescimento da indústria paulista desde 1994. Como explicar o paradoxo? É que os trabalhadores disponibilizaram sua força de trabalho por mais tempo para o capital. Dito de outra forma, no governo Lula, governo da esperança, os trabalhadores tiveram, como em todas as crises, um aumento significativo nas horas trabalhadas para tentar garantir sua reprodução enquanto classe social. Quanto às políticas econômicas adotadas nos três reinados:

Uma década depois de aplicadas, essas medidas geraram estagnação econômica, desemprego recorde, enorme aumento da vulnerabilidade externa, o retorno do país à posição de economia primário-exportadora e a permanência do mesmo padrão distributivo, com inevitável crescimento da pobreza absoluta, da violência, e da barbárie nos grandes centros urbanos do país.²³

Neste momento de continuidade e agudização das contradições capitalistas, o governo atual optou pela administração do capital em crise. Dessa forma, o trabalhador terá diferida, no tempo, sua utopia (Mannheim) por um mundo melhor e, certamente, terá aumentada sua jornada de trabalho no processo de criação da riqueza social no seio do trabalho coletivo ou, então, pagará com a perda de postos de trabalho o aprofundamento da crise. Confusa e contraditoriamente, a vida do trabalhador brasileiro está se traduzindo no aumento das horas trabalhadas, na deterioração das condições de trabalho, no aumento da mais-valia tanto absoluta quanto relativa, ou seja, no aumento de sua exploração.

Ora, já no início do século XIX, vimos a preocupação com a manutenção e reprodução digna dos não proprietários dos meios de produção e subsistência por parte do Estado capitalista. Enquanto isso, em pleno século XXI, o Estado brasileiro perpetrou a maior violência já cometida contra idosos trabalhadores que, a duras penas, construíram este país. Senhores com noventa anos de idade foram obrigados a ficar em fila para atestarem que estavam vivos, sob pena de não receberem aposentadoria que se constitui na única possibilidade de sua reprodução numa sociedade onde o dinheiro representa o poder social das pessoas. Agora, com o eclodir da crise, os sindicatos estão aceitando a diminuição dos salários nominais em troca da manutenção do emprego. Enquanto isso, o governo Lula mantém a taxa de juros da economia em níveis estratosféricos. É claro que com essa política o distanciamento entre as classes sociais se aprofunda visto que o *salário relativo*²⁴, nos anos 90 e segundo milênio, têm sofrido perdas consideráveis vis-à-vis o lucro dos proprietários dos meios de produção e subsistência.

As políticas públicas emanadas pelo governo da esperança se constituem na continuação do constrangimento monetário e de toda “herança maldita” que se interverteu em herança bendita, abençoada, oportuna para prosseguir na administração da crise do capital, o que significa dizer que o maior partido de esquerda da América Latina, ao assumir o poder, engavetou seu ideário, suas bandeiras que eram as da classe trabalhadora e, nesse movimento, pas-

²³ Leda Paulani, *Brasil delivery- servidão financeira e estado de emergência econômico*, SP, Boitempo, 2008, p. 41.

²⁴ “Nem o salário nominal, ou seja, a soma de dinheiro em troca da qual o trabalhador se vende ao capitalista, nem o salário real, ou seja, a soma de mercadorias que ele pode comprar em troca desse dinheiro, esgotam as relações contidas no salário. O salário é determinado, antes de tudo, por sua relação com o lucro do capitalista; é um salário relativo. O salário real expressa o preço do trabalho em relação ao preço das demais mercadorias, enquanto o salário relativo expressa a participação do trabalho no novo valor criado por ele, em relação à participação que, nesse novo valor, cabe ao trabalho acumulado, ao capital. [...] O salário real poderá seguir sendo o mesmo, poderá aumentar e, mesmo assim, o salário relativo poderá cair.” Marx, K. “Trabalho assalariado e capital”, apud R. Rosdolsky, *Gênese e estrutura de o capital*, RJ, UERJ/Contraponto, 2001, pp. 245-246.

sou a desfraldar a ideologia e as bandeiras do capital fictício²⁵ que nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, 2007 e 2008 obtiveram o maior lucro de sua história enquanto que a classe trabalhadora teve aumentados: o desemprego, o trabalho escravo, a prostituição infantil, a venda de órgãos, o trabalho informal, as horas trabalhadas, a taxa de morbidade, enfim a violência sob as mais diversas formas. A bandeira vermelha petista esmaeceu, perdeu seu colorido. A esperança se interverteu.

Com o aprofundamento das relações de exclusão, ao subir ao triste pódio de pais com a pior distribuição de renda do mundo, ao retirar a identidade do trabalhador, seu documento inicial de ingresso à cidadania, a carteira de trabalho assinada, ao fechar 1,2 milhão de empregos, ao encurralar 2 milhões de jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho, ao projetar a culpa pelo desemprego no próprio trabalhador acoimado de incompetente e de incapaz de se adaptar às exigências técnicas da modernidade, ao empurrar os trabalhadores desempregados para a informalidade e para as atividades subterrâneas - a prostituição de [milhares CL] de crianças e adolescentes, ao explorar o trabalho infantil de [...] milhões de crianças nos sizaais, nos canaviais, nas olarias, nas carvoarias etc., o tráfico de drogas, os assassinos mercenários reunidos em grupos de extermínio - o problema da falta de casas, de terra, de condições de trabalho, de condições de freqüentar a escola se aprofunda. O mau exemplo que parte das autoridades, dos juizes, dos políticos, dos professores, dos pais que se converteram em algozes e em exploradores dos filhos, dissolve e apodrece os ingredientes que são essenciais para a construção do superego.²⁶

Em nível governamental várias chagas transparecem envolvendo crimes... os mais diversos. Nesse sentido, O superego que teria a função de “*censor*” dos “*animal spirits*” na *crise completa* do capital, se encontra morto. É a vitória de *thanatos* sobre *eros*. Dessa forma, os “Pais” da nação brasileira só podem ser explicados pela “teoria do racket”.²⁷

Tem um banquete que, no nosso caso, é produzido pelos trabalhadores brasileiros, mas é feito exclusivamente para o deleite da elite. Ao que parece, pela virulência da crise que até agora só mostrou a ponta do iceberg, esse banquete continuará cada vez mais restrito, ou seja, teremos uma centralização ainda maior do capital, da riqueza, das mercadorias necessárias à vida. A fome vai aumentar, o desemprego vai aumentar, o número de indigentes vai aumentar, a pobreza vai aumentar, os roubos e furtos vão aumentar e o governo atual se dobra aos contorcionismos do capital internacional. É ele, governo, quem está garantindo e implementando o aprofundamento dessa exclusão social que é hoje uma das maiores que nós assistimos no mundo.

²⁵ A continuar tal política, o partido dos trabalhadores “*estará [...] desempenhando papel de inegável importância na consolidação do sistema monetário internacional vigente, no qual uma moeda puramente fiduciária funciona como “lastro” da arquitetura financeira mundial. A manutenção desse sistema, porém, é precisamente o que mantém a dominação financeira da valorização, pois que o emissor do lastro internacional, ao expandir livremente sua moeda, gera uma plethora de capitais que se defendem, por meio da valorização financeira, de crises clássicas que poderiam reduzi-los a pó.*” L. Paulani, op.cit. pp. 46-47.

²⁶ Lauro Campos, “Economia, repressão sexual e o espírito do capitalismo”: nem Freud, nem Max Weber, BSB, s/d, p. 30.

²⁷ “Teoria do racket – ‘racketeering’ designa atividades de gângsteres ou outros tipos de criminosos que incluem extorquir dinheiro por meio da violência ou intimidação, jogatina prostituição.” Lilyane Derocche Gurgel, Prefácio à edição francesa, in Rolf Wiggershaus, *A escola de Frankfurt*, RJ, DIFEL, 2002, p. 20.